

Acertando o Passo

JORNAL DO BRASIL

Pela primeira vez, em muitos anos, o setor público se une no compromisso de austeridade fiscal. A assinatura, ontem, da rolagem da dívida de US\$ 10 bilhões de 11 estados, junto à União e aos bancos federais, por 20 anos, representou importante reforço político ao plano do ministro Fernando Henrique Cardoso.

Os estados estavam sem honrar seus débitos com Brasília, desde setembro de 1991, acumulando dívidas que superam US\$ 20 bilhões. A adesão dos governadores à política econômica ajudará muito o saneamento das finanças públicas tentado pelo Ministério da Fazenda. De janeiro a maio deste ano, os débitos dos estados e municípios foram os que mais cresceram na composição do déficit operacional do setor público.

Fernando Henrique Cardoso atraiu a confiança dos governadores com a regularização dos débitos e créditos entre os estados e a União em 240 prestações mensais: ela permite aos estados deixar a condição de inadimplentes e reabrir financiamentos junto aos bancos federais. De quebra, o ministro pode ter conquistado alianças políticas valiosas para os capítulos econômicos da revisão constitucional.

Como 1994 é um ano de eleições, os governadores e os prefeitos — próximos alvos da renegociação de dívidas — têm o maior interesse em equacionar os compromissos com os bancos federais que financiam projetos que **rendem** dividendos eleitorais, como obras viárias, de saneamento (água e esgoto) e a construção de escolas e hospitais.

Só com a Caixa Econômica Federal, que centralizou os financiamentos a projetos de saneamento básico e infra-estrutura urbana, após a extinção do BNH, as dívidas somavam US\$ 9 bilhões, praticamente, metade dos débitos a serem rolados. A partir do acerto em 240 prestações — a

primeira, de US\$ 38 milhões, quitada ontem —, também começará a ser resolvida a dramática situação financeira da CEF.

O compromisso dos governadores pelo saneamento implica, certamente, a maior vigilância sobre o endividamento dos estados em relação aos respectivos bancos. Esse endividamento era uma fonte de atritos diários entre o Banco Central e a direção deles, porque, além de pressionar as taxas de juros do mercado, afeta a expansão monetária.

O acerto entre Brasília e os governadores terá grande repercussão no ordenamento dos gastos públicos e na vedação aos vazamentos na austeridade fiscal. A partir da garantia de superávits fiscais, o governo pode cuidar de modificar as condições da dívida interna.

A sabatina a que o novo presidente do Banco Central, Pedro Malan, será submetido, amanhã, no Senado, na companhia dos novos diretores indicados, deverá servir para o governo adiantar novos objetivos em relação ao saneamento dos bancos estaduais e federais e ao próprio mercado financeiro, especialmente as condições em que deverá ser administrada a dívida pública mobiliária.

A rolagem das dívidas mobiliárias dos estados também será enquadrada no figurino de austeridade. O giro diário dessas dívidas, que somam CR\$ 730 bilhões, depende da administração da dívida mobiliária de US\$ 30 bilhões do Tesouro Nacional, junto ao mercado. A mudança de condições de juros e prazos dessa dívida depende diretamente da obtenção da estabilidade fiscal.

Por isso, é grande a expectativa do mercado financeiro quanto às diretrizes que o Ministério da Fazenda e o Banco Central — sob a direção de Pedro Malan, — que renegociou e reduziu em US\$ 5 bilhões a dívida externa com os bancos privados vão imprimir à dívida interna.